

Paim quer debater e mudar no Senado a reforma da Previdência

O senador Paulo Paim afirmou em Plenário, na sexta-feira, que pretende conduzir desde já, no Senado, "o bom debate" sobre a proposta de reforma da Previdência. Vice-presidente do Senado, Paim disse estar procurando um es-

■ "Tenho certeza de que a proposta será radicalmente mudada e, se não o for, aqui no Senado vamos cuidar disso" (Paulo Paim)

paço, em dias marcados, para a discussão de propostas alternativas. Ele considerou apenas "início do debate" a aprovação da admissibilidade da proposta pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Página 3

Dutra e Lessa participam de audiências

Os planos estratégicos da Petrobras serão debatidos amanhã com senadores da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura pelo presidente da empresa, José Eduardo Dutra. Já o presidente do BNDES, Carlos Lessa, falará na Comissão de Assuntos Econômicos sobre o papel do banco no governo Lula.

Página 4

Maciel analisa desafios do Estado moderno

Ao defender a reforma política, o senador Marco Maciel afirmou que, no Estado moderno, as prerrogativas do governo devem ser compartilhadas com o que ele classificou de "novos centros de poder" da sociedade, como sindicatos, entidades econômicas e meios de comunicação.

Página 5



GÊNIO. Portinari (em foto de 1958) foi um dos maiores nomes das artes plásticas, tendo pintado obras-primas como o óleo sobre tela *Retirantes*

2003 pode ser o Ano Cândido Portinari

Em sua reunião de amanhã, às 11h30, a Comissão de Educação pode aprovar projeto da Câmara que institui o Ano Nacional Cândido Portinari, para

marcar o centenário do nascimento do pintor paulista. Filho de imigrantes italianos, Portinari faleceu em 1962 e tem obras em todo o mundo.

Página 6

Rolagem de dívidas deve ser votada amanhã

Plenário examina medida provisória que permite a renegociação das dívidas de pequenos agricultores. A medida vem trancando a pauta do Senado desde o início da semana passada, uma vez que não houve acordo das lideranças partidárias para sua votação. A MP beneficia 820 mil agricultores.

Página 4

Encontro reúne mulheres parlamentares

Representantes de oito nações reúnem-se até quarta-feira, em Brasília, durante o I Encontro de Mulheres Parlamentares dos Países de Língua Portuguesa. A abertura solene, com entrada franca, está marcada para as 9h30 de hoje, no Auditório Petrônio Portella, no Senado.

Página 4

Pesar pela morte de Araújo Neto

O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, apresentou na sessão de sexta-feira requerimento de pesar pela morte do jornalista Araújo Neto, ex-correspondente em Roma dos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*. Virgílio pede que o voto seja encaminhado não só à família do jornalista, mas também aos jornais e ao Clube de Regatas Flamengo, do qual era "torcedor convicto".

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) também apresentou requerimentos com votos de pesar pelas mortes do jornalista Imar Nunes e do brigadeiro Protásio Lopes de Oliveira. Imar foi um dos precursores da crônica esportiva no Pará. Já o brigadeiro Protásio de Oliveira comandou a base da Força Aérea em Belém.

Reginaldo registra artigo de Clóvis Rossi

O senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) pediu a inserção, nos Anais do Senado, do artigo intitulado "O cavalo de pau", do jornalista Clóvis Rossi, publicado na *Folha de S. Paulo* em 31 de maio. Segundo o parlamentar, o texto advierte que a "verdadeira virada proposta pelo governo Lula" ainda não começou.

No texto, o jornalista Clóvis Rossi comenta a afirmação do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, de que o governo do PT deu "um cavalo-de-pau na economia". Na opinião do jornalista, a expressão pressupõe uma brusca virada, o que de fato não ocorreu.

Agenda

Dutra fala amanhã sobre planos da Petrobras

A pedido dos senadores José Jorge (PFL-PE) e Arthur Virgílio (PSDB-AM), a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI)

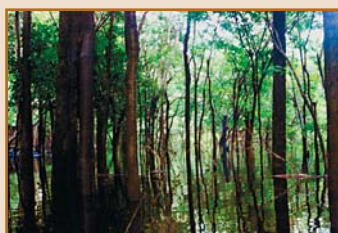
promove amanhã, às 10h, audiência pública com o presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra. O atraso nas metas de auto-suficiên-

cia de petróleo no Brasil e os planos da estatal para a construção de novas plataformas devem ser discutidos.

Secretário do Tesouro debate metas fiscais

A Comissão Mista de Orçamento (CMO), presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) – foto – promove audiência pública amanhã,

às 15h. O secretário do Tesouro, Joaquim Vieira Ferreira Levy, deve falar sobre avaliação do cumprimento das metas fiscais referentes a 2003.



Senadores discutem meio ambiente

Antes da apresentação, ao vivo, das atividades em Plenário, às 14h30, a TV Senado exibe entrevistas com três senadores sobre temas de interesse nacional. Às 12h30, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) fala sobre o ensino superior da Amazônia Legal. Os senadores Sibá Machado (PT-AC) e João Capiberibe (PSB-AP) debatem sobre a questão do meio ambiente, às 13h, no programa *Cidadania*.

Sarney abre exposição sobre história da Marinha

O presidente do Senado, José Sarney, confirmou presença na abertura hoje, às 12h, da exposição "Marinha do Brasil – Um passado de glória, presente na memória", em comemoração ao aniversário da

Batalha Naval do Riachuelo. A Banda do Grupamento dos Fuzileiros Navais de Brasília fará uma apresentação. A exposição continua até o dia 22 de junho no Salão Negro do Congresso Nacional.

Encontro de mulheres parlamentares começa hoje

A abertura oficial do I Encontro de Mulheres Parlamentares dos Países de Língua Portuguesa ocorre hoje, às 9h30, no Auditório Petrônio Portella, no Senado Federal, com a participação

do presidente da Casa, José Sarney. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) deve comparecer, assim como Ângela King, assessora do secretário-geral da ONU, Kofi Annan.



MP deve ser votada amanhã

Na sessão de hoje, às 9h, não está prevista a discussão de projetos. Na pauta de amanhã, às 14h30, deve ser apreciada a medida provisória (MP) que trata da renegociação das dívidas dos produtores rurais. Por falta de acordo entre as lideranças, a MP não foi votada na quinta-feira, e está trancando a pauta de votações.

2º Seminário Interlegis

Começa amanhã o 2º Seminário Nacional Interlegis, que visa aumentar o intercâmbio de informações e experiências entre a comunidade virtual do Poder Legislativo. A abertura será às 9h30, no Auditório Interlegis. Para maiores informações, ligue para (0xx61) 311-2556 ou acesse www.interlegis.gov.br.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellano
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



TRAJETÓRIA. Eurípedes disse que Sinpaf tem lutado em defesa dos agricultores

Eurípedes destaca os 14 anos do Sinpaf

O senador Eurípedes Camargo (PT-DF) registrou na sexta-feira o 14º aniversário de fundação do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf), elogiando a trajetória e a atuação da entidade. Ele também frisou o papel relevante no contexto político nacional de todos os sindicatos que lutam pelos direitos dos trabalhadores e por justiça social.

– Aproveito para homenagear os sindicatos que têm adotado uma postura cidadã de reivindicar melhores condições de vida e trabalho para sua categoria, mas que, acima de tudo, mantêm um compromisso que remonta aos primórdios do sindicalismo mundial, orientado pelos ideais de luta em prol da solidariedade entre os trabalhadores por um mundo mais justo – declarou o senador.

Ele disse que o Sinpaf sempre esteve ao lado dos movimentos sociais de defesa da reforma agrária, dos pequenos agricultores, da pesquisa e dos direitos básicos do cidadão, como o direito à alimentação. O Sinpaf tem estimulado o debate e alertado a sociedade sobre questões polêmicas, como a dos alimentos geneticamente modificados.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) elogiou o discurso, observando o quanto é proveitoso que o movimento sindical consiga ser autônomo e independente em relação aos partidos políticos.

No mesmo discurso, Eurípedes Camargo aproveitou para citar o décimo aniversário, comemorado este mês, da promulgação da Lei Orgânica do DF, que ele ajudou a redigir como deputado distrital.



DESGASTE. Virgílio considera grave Lula ser desautorizado pela equipe econômica

Para Virgílio, Lula fala do que não entende

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), criticou, sexta-feira, pronunciamentos feitos pelo presidente Lula, em especial sobre assuntos que, na sua opinião, o presidente não domina. Para ele, Lula fala demais, fala mais do que ouve e aborda temas econômicos sobre os quais nada entende, como ao propor a queda da taxa de juros por meio dos bancos oficiais.

Segundo Virgílio, a origem humilde de Lula não é desculpa para que despautérios sejam proferidos. Ele comentou que, em 25 anos de vida pública, teria havido tempo suficiente para o atual presidente se tornar "especialista em Física Quântica ou Direito Constitucional".

O senador considerou "um fato grave" que Lula tenha dito que iria usar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal para cobrar taxas de juros mais baixas, numa manobra para forçar a queda geral dos juros, e tenha sido desautorizado pela equipe econômica sob a alegação de que "a proposta não tem cabimento técnico".

– O presidente não pode ouvir esse tipo de resposta dos ministros ou do Banco Central. A vontade do presidente não pode se contrapor à política econômica de seu governo, sob pena de comprometer o equilíbrio macroeconômico do país – frisou o líder do PSDB no Senado.

Arthur Virgílio criticou, ainda, manifestações que classificou de "autoritárias" do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, uma das quais teria forçado o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, a cancelar compromisso de agenda para receber o vice-presidente do Senado, Paulo Paim.

Paim cobra "bom debate" e prevê mudança na reforma da Previdência

■ Na opinião do senador, proposta oficial tem que ser aprimorada. Por isso, é bom que a discussão comece logo

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), disse sexta-feira que quer manter desde já, na Casa, "o bom debate" sobre a proposta de reforma da Previdência. Ele afirmou estar procurando um espaço, que pode ser uma comissão especial ou o próprio Plenário, em dias marcados, para a discussão de propostas alternativas, sem a acusação de que "quem pensa diferente está apenas procurando holofotes".

Paulo Paim tranquilizou os servidores públicos sobre a proposta de reforma que teve a



CASO ENCERRADO. Paulo Paim considerou superado o incidente com Berzoini

admissibilidade aprovada, na quinta-feira, pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, e que, na sua avaliação, os penaliza.

– O debate está só começando. Será na Comissão Especial da Câmara que haverá o deba-

te sobre o mérito de cada dispositivo. Tenho certeza de que a proposta será radicalmente modificada e, se não o for, no Senado vamos tratar disso – salientou.

Ele afirmou ter uma proposta própria, que está em sua página na Internet, em que, por exemplo, leva em consideração os últimos dez anos de contribuição do servidor público para

calcular sua aposentadoria e não toda a vida laboral, como prevê o projeto do governo.

– É evidente que uma pessoa progride na vida e, quando se aposenta com 30 ou 35 anos de trabalho, está ganhando mais do que seu salário inicial. Se for

calculada desde o começo de sua vida laboral, a aposentadoria ficará, em média, reduzida à metade do que está ganhando atualmente, o que é injusto. A situação do servidor público ficaria pior do que a do trabalhador da previdência privada – comparou.

Paim disse serem argumentos como esses que pensava discutir com o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, que não o quis receber. Mas o senador considerou o incidente encerrado.

Em apartes, os senadores Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Efraim Morais (PFL-PB) e Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) hipotecaram solidariedade a Paim, prometendo apoio a um amplo debate, no Senado, sobre a reforma da Previdência.

Efraim pede coerência política do presidente e sua equipe

O senador Efraim Morais (PFL-PB) cobrou do presidente Lula, dos integrantes do governo e dos políticos do PT coerência política e fidelidade aos ideais defendidos historicamente pelo partido. Para ele, recente artigo do jornalista Rui Fabiano, intitulado "O governo Lula e a real politik", publicado na revista *Ebrasil.com*, descreve com realidade o que acontece atualmente na política.

Efraim destacou alguns pontos levantados no artigo sobre a questão da fidelidade aos ideais partidários. O senador disse que concorda com o autor, que questiona o fato de Lula haver cobrado do

vice-presidente Fernando Henrique "que não deixasse o Fundo Monetário Internacional se meter nos assuntos do Brasil". Hoje, observou o senador, o presidente presta ao FMI as mesmas satisfações que o governo anterior.

O parlamentar recomendou também a leitura de outro arti-

go, esse do presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Felício, sobre a reforma da Previdência, e publicado no jornal *Folha S. Paulo*. No texto, relatou Efraim, o sindicalista defende o resgate, pela reforma, do conceito de seguridade social.

O senador apóia a visão de Felício de que a maioria dos servidores públicos recebe salários muito baixos, o que, para ele e para o presidente da CUT, não justifica o fato de serem o foco de perdas da reforma. O ponto primordial, no entanto, na opinião do senador, é a taxação dos inativos. Ele informou que votará contra a proposta, por discordar dela e para

manter a coerência, pois votou contra proposição similar apresentada quando era deputado federal.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) comunicou que cerca de 30 mil trabalhadores deverão participar de uma manifestação em Brasília defendendo alterações na reforma previdenciária.



VOTO ABERTO. Efraim anuncia posição contrária à taxação dos inativos

Antero: PT traiu e abandonou os eleitores

Os mais altos índices de desemprego da história, os juros elevados e a estagnação da economia levaram o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) a criticar, sexta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na prática, disse o senador, o governo vem fazendo o contrário do que prometeu na campanha eleitoral. Para ele, o PT traiu e abandonou seus eleitores.

– O que está havendo é uma enorme traição ao povo. O PT ganhou a eleição prometendo ruptura com o modelo anterior. A política de Lula é mais conservadora do que a da equipe econômica do governo passado. Mas os votos que Lula obteve foram para fazer transformações sociais e não para punir os servidores públicos – declarou.

Para oferecer nova referência às pessoas que, com o PT no governo, não têm a quem recorrer, Antero sugeriu que o PSDB faça uma reflexão interna e se transforme em "ponta-de-lança" dos trabalhadores. "Se o PT não se sente constrangido em governar com os propósitos do governo anterior, temos que ter tranquilidade de oferecer



MUDANÇA. Segundo Antero, o governo vem fazendo o contrário do que prometeu

essa alternativa", salientou.

Sobre as vaias que o presidente recebeu no congresso da CUT, o senador observou que os que vaiaram Lula quando ele criou o PT e a CUT hoje estão prontos a aplaudi-lo. Segundo Antero, pelas altas taxas de juros, o governo recebe homenagens e elogios "da banqueirada internacional".

Antero classificou ainda de "pífia" a reforma tributária proposta pelo governo.

Em aparte, Efraim Morais (PFL-PB) também criticou as altas taxas de juros.

CPI

Antero apelou ainda para que o PT e o PMDB indiquem os nomes para a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado, criada na Câmara. Caso contrário, disse, os partidos irão prejudicar o país, pois os crimes praticados, em grande parte, prescreverão no fim do ano.



SUBSÍDIO. Papaléo Paes propôs debate com especialistas na Subcomissão da Saúde

Subcomissão busca ajudar paciente renal

A Subcomissão Temporária da Saúde realiza audiência pública amanhã com o objetivo de oferecer subsídios para a atuação do Senado na melhoria da assistência à saúde dos pacientes renais crônicos, em especial na assistência hemodialítica. O requerimento sugerindo a reunião foi apresentado pelo senador Papaléo Paes (PMDB-AP).

Participarão da audiência o secretário de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, Jorge Sollá; a presidente da Federação das Associações de Pacientes Renais Crônicos e Transplantados, Neide Barriguelli; o presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante, Washington Corrêa; o presidente da Associação dos Renais e Transplantados do Rio de Janeiro, Gilson Nascimento Silva; e um representante da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça.

Remuneração

Durante audiência pública realizada na última terça-feira, um dos assuntos predominantes foi a remuneração recebida pelas clínicas particulares que atendem doentes renais.

O membro da Sociedade Brasileira de Nefrologia, Rui Barata, mesmo confirmando que a remuneração das clínicas precisa ser reajustada, lembrou que apenas essa medida não seria suficiente para resolver os problemas do setor. Ele disse que falta um planejamento estratégico capaz de enfrentar as dificuldades enfrentadas por pacientes e clínicas e cobrou a criação de um departamento próprio para as doenças renais no Ministério da Saúde, além de investimentos no tratamento precoce da doença.

Plenário deve votar rolagem de dívidas agrícolas

A medida provisória que permite a renegociação das dívidas de pequenos agricultores deve ser votada amanhã. A medida vem truncando a pauta de votações do Senado desde o início da semana passada, uma vez que ainda não houve acordo para a sua votação. Conforme resolução da Mesa do Senado, os líderes têm três sessões para chegarem a um

acordo sobre medidas provisórias. Passado esse prazo, elas vão a votação, sob qualquer hipótese.

A MP beneficia cerca de 820 mil agricultores que firmaram contratos de financiamento em programa de apoio a assentados em reforma agrária e no Programa de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf). Beneficia também pequenos produtores que tomaram empréstimos

com recursos dos fundos constitucionais. A medida começou a ser discutida na última quarta-feira, quando a relatora, Ideli Salvatti (PT-SC), apresentou seu parecer favorável à medida provisória no que diz respeito aos requisitos constitucionais de urgência e relevância. O parecer foi aprovado por unanimidade.

O maior impasse em torno do tex-

to se refere ao valor dos financiamentos que terão descontos na renegociação. O projeto aprovado na Câmara estabelece um teto de R\$ 35 mil, mas os descontos e juros baixos só valeriam para os primeiros R\$ 15 mil. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) apresentou emenda ampliando esses benefícios também para dívidas de até R\$ 35 mil.

Dutra e Carlos Lessa participam de audiências

Atraso na meta de auto-suficiência em petróleo e papel do BNDES são alguns dos temas previstos

Os presidentes da Petrobras, José Eduardo Dutra, e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, comparecerão ao Senado para participar de audiências públicas. Amanhã, às 10h, Dutra estará na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). No mesmo dia e horário, Carlos Lessa se reunirá com os senadores na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

José Eduardo Dutra prestará informações sobre o plano estratégico da Petrobras para os próximos anos. Ele esclarecerá as razões do atraso no cumprimento das metas de auto-suficiência de petróleo no Brasil, prevista inicialmente para 2005 e, agora, segundo informações extra-oficiais, adiada para 2006.



PROJETO. Carlos Lessa deve subsidiar proposta sobre desenvolvimento regional

Dutra também deverá se pronunciar sobre os planos da empresa para a construção de novas plataformas de prospecção de petróleo e as razões técnicas e econômicas para a anunciada construção de uma nova refinaria de petróleo no país, em parceria com a Venezuela.

Já o presidente do BNDES discutirá com os integrantes da CAE o papel a ser desempenhado pelo banco durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva. A audiência pública também tem a finalidade de ins-



ESTRATÉGIA. José Eduardo Dutra falará a respeito dos planos da Petrobras

truir o projeto de lei do Senado que estabelece regras de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Congresso

Também amanhã, a partir das 15h, a Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), realiza audiência pública com a presença do secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy. O objetivo é avaliar o cumprimento das metas fiscais referentes ao primeiro quadrimestre de 2003.

Recursos para financiar regiões carentes

O projeto que estabelece regras de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, de autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM), um dos temas da audiência pública a ser realizada com o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), já tem parecer pela aprovação, na forma de substitutivo do relator,



Jefferson Péres quer definição sobre aplicações do BNDES

Tasso Jereissati (PSDB-CE). Pela proposição original, o BNDES deverá priorizar a promoção do desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste. Para isso, aplicará proporções crescentes dos recursos financeiros sob sua administração no apoio ao financiamento de atividades produtivas, na implantação e modernização

da infra-estrutura e na expansão e melhoria dos serviços públicos de educação, saúde e saneamento.

Acatando emendas de Ramez Tebet (PMDB-MS) e do então senador Luiz Estevão, o relator incluiu a Região Centro-Oeste entre as beneficiárias da proposição. Como o projeto foi apresentado em 1999, Tasso promoveu outras atualizações, como a definição de um percentual mínimo de 35% do montante das aplicações do BNDES, a partir de 2005, para ser investido nas três regiões.

Encontro reúne mulheres parlamentares

Senadoras, deputadas federais e estaduais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste estão se reunindo de hoje até quarta-feira, no I Encontro de Mulheres Parlamentares dos Países de Língua Portuguesa. O evento ocorre no Congresso Nacional e está sendo promovido pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e da Câmara, em parceria com setores do Executivo, Confederação Parlamentar das Américas (Copa) e União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale).

Além das parlamentares dos países de língua portuguesa, o encontro também recebe delegações da Bolívia, do México e da Argentina e conta com a presença de Angela King, assessora do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, e conselheira especial sobre questões de gênero e avanço da mulher.

A abertura solene do encontro será hoje, a partir das 9h30, no Auditório Petrônio Portella, no Senado Federal. No encerramento, quarta-feira, os organizadores esperam a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelos endereços www.senado.gov.br, www.camara.gov.br e www.copa.unale.org.br.

PODER

Maciel analisa nova realidade institucional

■ Ao falar sobre reforma política, senador destaca o surgimento de múltiplos centros de poder, tornando mais complexa a administração do Estado

A multiplicidade de poderes nas sociedades modernas tornou mais complexa a tarefa de administrar o Estado. Se antes Executivo, Legislativo e Judiciário dividiam a tarefa de comandar a nação, agora têm que repartir espaço com sindicatos, corporações econômicas, organismos internacionais, meios de comunicação, entre outros. Isso coloca um grande desafio para países como o Brasil. A afirmação foi feita pelo senador Marco Maciel (PFL-PE), que pela quinta vez, nesta legislatura, ocupou a tribuna para fa-

lar da reforma política.

– Os partidos políticos, ao lado do Estado, do governo e dos grupos de pressão, não são mais os únicos atores dos sistemas políticos contemporâneos – disse o senador.

Segundo Maciel, a tradicional divisão de poderes estatais (Executivo, Legislativo e Judiciário) tem que ser revista pelo surgimento do que ele chamou de novos "centros de poder". Na visão do senador, as prerrogativas de governo não podem mais ser divididas apenas entre os Poderes do Estado, mas devem ser compartilhadas entre



José Cruz

NOVOS ATORES. Para Maciel, hoje sistemas políticos têm multiplicidade de poderes

eles e a sociedade. Ao explicar as mudanças institucionais no país nas últimas décadas, Maciel usou o conceito de "poliarquia", que define a multiplicidade de centros de poder nas sociedades de massa contemporâneas. O conceito foi criado pelo cientista político Robert Dahl nos anos 70.

– Hoje, ninguém hesitará em dizer que, nas sociedades de massa, como a China, os Estados Unidos, a Índia, a Indonésia, a Rússia, o Paquistão e o Brasil, o desafio não reside no relacionamento entre Poderes, mas em como harmonizar a

multiplicidade de poderes – disse.

A nova realidade institucional desafia até mesmo Executivo, Legislativo e Judiciário, que tiveram suas funções ampliadas, segundo Maciel. Ele cita como exemplo o Legislativo, Poder que sempre esteve associado à criação de leis. Hoje, observou, o Legislativo assume tarefas fiscalizatórias e até de fórum de debates das grandes questões nacionais. No caso do Executivo, a principal mudança está na sua crescente capacidade de legislar. De 1998 a 2001, foram de iniciativa do Executivo 77,21% das leis aprovadas e apenas 17,81% de autoria de parlamentares ou de comissões do Congresso.

– São exemplos que servem para mostrar que circunstâncias locais, peculiaridades regionais ou imposições de natureza política transformaram o velho princípio da separação de Poderes em modalidades que mais adequadamente po-

deríamos chamar de mera especialização de funções – afirmou Maciel.

Para ele, a atuação dos centros de poder tem que ser feita com base na harmonia, princípio tão importante quanto o da independência. Além disso, o surgimento de novos atores no cenário político exige a coordenação de esforços contra as grandes mazelas nacionais.

– A organização do Estado é tão relevante quanto a organização do governo. E assim como a reforma política não pode se exaurir na simples mudança de pontos específicos da legislação eleitoral ou partidária, a questão federativa não pode se consumir com a simples discriminação de responsabilidades e competências. Elas não podem ser exclusivas da União, dos estados ou dos municípios. É necessário que sejam compartilhadas – afirmou.

Maciel voltou a defender o presidencialismo, observando que esse sistema de governo foi estabelecido pelo constituinte e confirmado em plebiscito. Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) manifestou-se favorável ao presidencialismo.

Agripino aponta perda de coerência do governo

O senador José Agripino (PFL-RN) alertou para a perda de coerência do governo federal que, na sua opinião, leva à perda de liderança no Congresso Nacional. Essa situação, afirmou sexta-feira o senador, pode causar inclusive conflitos entre os Poderes, tendo em vista que o novo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Maurício Corrêa, manifestou posições diferentes das intenções que o Executivo tem para a reforma da Previdência.

– Isso me preocupa. O governo não pode perder o seu comando. A incoerência pode levar ao confronto de Poderes, pois é a coerência que dá longevidade e respeitabilidade à liderança política. Antes que isso aconteça, vamos assumir o legítimo papel de oposição cobrando coerência e os compromissos de campanha do governo – afirmou.

Como exemplo de coerência, Agripino citou o vice-presidente José Alencar, que voltou a defender a queda das taxas de juros. Desde sua passagem pelo Senado, lembrou Agripino, Alencar, como empresário

bem-sucedido, entende que uma taxa de juros em níveis adequados pode ser o motor da economia, ampliando a possibilidade de compra da população, aquecendo a indústria e o comércio e gerando empregos.

Por outro lado, Agripino lembrou que Lula foi eleito com a promessa de ruptura com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a retomada do crescimento. Porém, não houve rompimento e sim robustecimento das relações com o FMI.

– Não foi com esse discurso que o presidente ganhou a eleição. Daí a polêmica entre o que o vice fala em termos de taxas de juros e o que o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central defendem – avaliou.

Prova da coerência de Alencar, continuou Agripino, é que ele não é vaiado onde vai, ao contrário do que aconteceu com Lula no Congresso da CUT. "Foi vaiado por aqueles que até há poucos dias o aplaudiam e faziam a sua campanha porque perdeu a coerência. Quem quer o respeito da opinião pública tem que trabalhar com coerência", afirmou.



Jone de Araújo

RISCO. José Agripino teme que perda da coerência leve a conflitos entre os Poderes

Agripino informou que, em nome da respeitabilidade do Senado, foi ao gabinete do senador Paulo Paim (PT-RS) para hipotecar solidariedade e apreço por sua coerência e coragem. O senador lamentou que, mesmo no exercício da Presidência do Senado, Paim não tenha sido recebido pelo ministro Ricardo Berzoini.

Na análise da medida provisória que está trancando a pauta do Senado, Agripino afirmou, como líder do PFL, que não vai permitir que os tomadores de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) sejam prejudicados.

Mozarildo pede limite para área de reserva

Em pronunciamento na sexta-feira, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) pediu a aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria que limita em 50% do território de cada estado a área destinada à preservação ambiental ou a reservas indígenas. O senador afirmou esperar que, caso a pauta do Senado seja liberada, a matéria vá à votação quarta-feira.

Mozarildo apelou para os colegas que pensam diferente dele para deixar o "radicalismo" de lado e discutir a questão racionalmente. Ele acredita que é preciso debater o tema inclusive com os índios.

De acordo com o senador, a PEC determina que o Senado deverá aprovar no futuro qualquer determinação de áreas de preservação ambiental ou conservação indígena. Atualmente, afirmou, basta uma decisão do governo federal para que uma área do território nacional seja transformada em reserva.

– O Senado se pronuncia sobre empréstimos, sobre tudo que se refere ao equilíbrio da nação. Por que em uma maté-



Roosevelt Pinheiro

CONDIÇÃO. Mozarildo quer que Senado aprecie criação de novas reservas

ria tão importante não se pronuncia? – questionou.

Mozarildo afirmou que é preciso respeitar os índios e sua cultura, mas não se pode colocar em risco a soberania do Brasil nem delegar poderes excessivos a organizações não-governamentais. Ele destacou que, apesar de os indígenas representarem menos de 0,5% da população brasileira, as reservas indígenas já representam 12% do território nacional.

Projeto institui 2003 como o Ano Portinari



REUNIÃO. Marilena Chiarelli (D) disse que a TV Senado já deu primeiro passo para transmitir em UHF

TV Senado discute transmissão via UHF

Representantes de 13 TVs legislativas participaram, na manhã de sexta-feira, no Interlegis, de um debate por meio de teleconferência sobre a transmissão aberta de seus sinais, pelo sistema UHF.

A diretora da TV Senado, Marilena Chiarelli, explicou que tanto a TV Senado quanto a TV Câmara já deram o primeiro passo na direção da transmissão via UHF. Ambas, além de adotarem as providências administrativas necessárias, montaram em conjunto uma antena que as torna transmissoras desse tipo de sinal.

Uma dificuldade que as TVs de estados e municípios poderão enfrentar, destacou a diretora, é a possível falta de espa-

ço nos canais de UHF. Esse problema poderá atrapalhar especialmente as assembleias legislativas dos estados mais populosos.

Além dos representantes da TV Senado, também estiveram presentes no Interlegis profissionais da TV Câmara. Participaram da teleconferência representantes das televisões das assembleias legislativas de estados como Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Os participantes discutiram a criação da Associação Brasileira das TVs do Legislativo e também da Associação das Escolas do Legislativo, além de temas como a compra de equipamentos e geração de sinal.

Debate sobre Previdência hoje à noite

A reforma da Previdência será o tema do segundo programa *Debate Brasil*, que a TV Senado exibe hoje, às 21h30, com a presença do ministro da Previdência, Ricardo Berzoini; do presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip), Marcelo Oliveira; do economista e professor da Unicamp Wilson Cano; e do superintendente do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo, Alencar Ferreira.

■ Comissão de Educação vota amanhã proposta para homenagear o artista plástico falecido em 1962

A Comissão de Educação (CE) reúne-se amanhã, às 11h30, para analisar, entre outras matérias, projeto de lei da Câmara que institui 2003, em que se comemora o centenário de nascimento, como Ano Nacional Cândido Portinari. Com parecer favorável da senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), a proposta autoriza os Correios a emitir selo comemorativo. Conforme o projeto, as comemorações do centenário de nascimento do artista serão coordenadas pelo Ministério da Cultura.

Portinari, de acordo com o autor do projeto, foi para as artes plásticas o que Carlos Drummond de Andrade, Villa-Lobos e Guimarães Rosa, também de sua geração, foram para a poesia, a música e a prosa literária, respectivamente. Suas obras são consideradas "manifestações únicas de ternura pelo povo brasileiro, que era descrito, interpretado e retratado com paixão em suas telas".

Cândido Portinari nasceu em Brodósqui (SP), em uma família de imigrantes italianos. Ao falecer, em 1962, intoxicado por tintas, era respeitado nacional e internacionalmente. Seus murais estão na Biblioteca do Congresso em Washington e no Edifício das Nações Unidas, em Nova York.



Auto-retrato de Portinari, 1958

MESTRE. Filho de imigrantes italianos, Portinari tem obras até na sede das Nações Unidas

Seu principal biógrafo, o escritor Antonio Callado, assinala que, apesar de sua visão explicitamente materialista da história, Portinari revela fascínio e sensibilidade por temas de arte religiosa, destacando-se, nesse sentido, seus painéis da Igreja de São Francisco, na Pampulha, em Belo Horizonte.

Iris de Araújo também é autora de requerimento para que o artista plástico Siron Franco seja convidado a participar de audiência pública para debater a falsificação de obras de arte no Brasil. O pintor teve algumas de suas obras falsificadas e comercializadas.

A CE vai examinar ainda indicação do senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) para que se estude a criação de universidade federal na região do Vale do Cariri (CE) e projeto do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que altera a denominação da Ala Filinto Müller, no Senado, para Ala Nelson Carneiro.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Simon elogia escolha do novo procurador-geral

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou na sexta-feira "um profundo voto de louvor" ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter escolhido Cláudio Lemos Fonteles para o cargo de procurador-geral da República.

— Cláudio Fonteles é uma das pessoas mais dignas, mais corretas, mais justas, mais corajosas e mais puras que se conhece ao longo da história. Lula teve um momento de grande lucidez ao escolher Fonteles. Foi um dos atos mais importantes e significativos do seu governo — destacou.

Simon observou que o atual

procurador-geral, Geraldo Brindeiro, "é um homem de bem, mas passou oito anos engavetando" e que, nos últimos meses, às vésperas de deixar o cargo, "resolveu ser herói e denunciou até o senador Antonio Carlos Magalhães".

Conforme o senador, Cláudio Fonteles tem uma linha de "conduta íntegra e, quando tem de denunciar, denuncia". Lembrou que Fonteles, na carreira de procurador do Ministério Público há 30 anos, denunciou a ex-ministra da Fazenda Zélia Cardoso de Mello.

— Ele não é homem de brava-ta e foi contra a Lei da Morda-

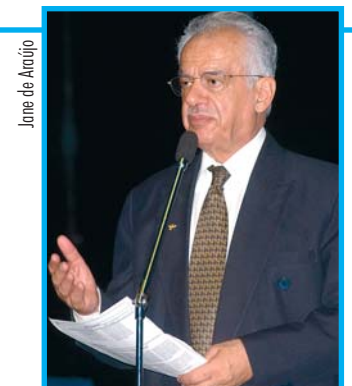
ça. Defende a tese de que cabe à Procuradoria a investigação e que ela é a representante da sociedade na fiscalização dos atos que vão contra a sociedade — afirmou.

O senador disse que havia muitos candidatos ao cargo, todos da melhor qualidade, mas que atualmente se observa "uma unanimidade de que a escolha foi a mais justa".

Pedro Simon sustentou que a atuação do PT no governo vem causando "surpresas seguidas", entre elas a decisão de não se criar, na Câmara dos Deputados, uma CPI para investigar a remessa de US\$ 30 bilhões para

o exterior. Para ele, o PT até poderia reunir os líderes partidários e a sociedade e dar "uma explicação macro, e não uma explicação micro".

— As coisas estão mudando. Um jornal diz que o PT não deixou criar CPI na Câmara e outro que o senador Antonio Carlos Magalhães foi o grande herói que deixou passar com tranquilidade na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara a reforma da Previdência. O *Correio Braziliense* afirma que, se o senhor Antonio Carlos Magalhães devia algo ao governo, começou a pagar ontem (*quinta-feira*) — acrescentou.



Jane de Araújo

CONDUTA. Simon destacou que trajetória de Fonteles é marcada pela integridade

O senador cumprimentou o ministro e ex-senador Maurício Corrêa por sua posse como presidente do Supremo Tribunal Federal, observando que o seu discurso de posse foi duro, ao criticar pontos da reforma da Previdência.



Roosevelt Pinheiro

RECONHECIMENTO. Cidade maranhense é exemplo de trabalho, elogia Roseana

Roseana parabeniza Açailândia

A senadora Roseana Sarney (PFL-MA) registrou a celebração de mais um aniversário de Açailândia (MA), município onde se localizam valiosas jazidas de ferro-gusa no estado.

– Parabéns aos cidadãos e às autoridades de Açailândia, por mais um ano de reconhecida contribuição para a grandeza do nosso Maranhão – saudou a ex-governadora do estado.

Roseana afirmou que o município reúne as potencialidades econômicas essenciais para o desenvolvimento, uma vez que se localiza no centro de importantes entroncamentos rodoviário e ferroviário de larga expansão – a Rodovia Belém-Brasília e as ferrovias Norte-Sul e Carajás.

– Exemplo de trabalho e dedicação, Açailândia enobrece o sudoeste maranhense, erguendo, em curto espaço de tempo, um dos mais dinâmicos parques industriais do estado – disse a senadora.

Com apenas 12 anos de emancipação, ressaltou ela, o município desponta como eixo de transportes do ferro-gusa. Além do minério, o município dispõe de fábricas de compensado, indústrias de madeira, metalurgia, agroindústria e um comércio em expansão.

Segundo Roseana, o turismo tem crescido em Açailândia, atraindo visitantes do Maranhão e de outros estados.

Tourinho quer garantir logo energia para todos

■ Senador propõe fonte alternativa de recursos para implantar sistema de energia elétrica em todo o país até 2015

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) deve votar nos próximos dias projeto de lei do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que vai permitir a antecipação dos prazos para a universalização do abastecimento de energia elétrica à população. A proposta determina que o dinheiro das multas pagas pelos concessionários de fornecimento de luz, bem como o do pagamento dos produtores independentes de energia a título de uso do bem público, será usado para desenvolver os recursos técnicos necessários à universalização do fornecimento de energia.

Nas cidades onde menos de 85% dos habitantes têm luz elétrica



Célio Azevedo

INVESTIMENTO NECESSÁRIO. Projeto de Tourinho beneficia 2,5 milhões de lares

em casa, com base no Censo 2000 do IBGE, pelo menos a metade dos investimentos necessários para levar energia elétrica a toda a população virá da Reserva Global de Reversão

(RGR), instituída pela Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971. Pelo projeto, "o percentual da subvenção econômica será igual ao índice de não atendimento de cada município beneficiário, observado o limite mínimo de 50%".

Segundo o Censo de 2000, há no Brasil cerca de 2,5 milhões de domicílios (mais de 11 milhões de brasileiros) sem luz elétrica, o que equivale a não dispor de telefonia, geladeira e demais eletrodomésticos, além de outros benefícios da vida moderna. A carência maior está nas Regiões Norte e Nordeste. O prazo final dado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para universalização do serviço é 2015.

Quintanilha homenageia município do Tocantins

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) homenageou o município de Santa Rosa do Tocantins (TO), que completou 14 anos, destacando que a produção da soja na região "tem ampliado a esperança na construção de uma economia sólida". Em discurso na sexta-feira, Quintanilha leu letra de música composta por Benevaldo Antonio Gonçalves em homenagem à produção de soja, apresentada durante concurso de roda e catira, que fez parte das comemorações do aniversário da cidade.

Segundo o senador, Benevaldo Gonçalves é "um sertanejo, um daqueles milhões de brasileiros que não tiveram a oportunidade de estudar, que se revelou um cidadão por inteiro, apresentando, na sua cantiga,



Waldemar Rodrigues

RIQUEZA RURAL. Quintanilha destaca importância da soja em Santa Rosa do Tocantins

uma mensagem muito contemporânea, um apelo muito forte".

Na música, o autor destaca a importância do plantio da soja, fala sobre o êxodo rural e garante que não vende suas terras.

Diz a letra: "Tem muito agricultor/ na terra não dá valor/ tá vendendo suas fazendas e outra não vai comprar mais/ vão morar na cidade/ para os seus filhos estudar/ menino começa a malandrã/ eu fico com dó desses pais/ aqueles que têm opinião/ sempre fica cidadão/ e a metade só ladrão/ porque a bandidagem tá demais".

Para Leomar Quintanilha, "nessa mensagem, o sertanejo brasileiro mostra estar atento aos problemas do país e à economia do município".

O senador manifestou sua expectativa de que "esse clamor pungente" sensibilize os que podem contribuir para que o trabalhador rural receba mais atenção do Estado. Iris de Araújo (PMDB-GO) apoiou o discurso de Quintanilha.



Roque de Sá

RACIONALIDADE. CPMF não pode incidir sobre pagamento de tributos, diz Valmir Amaral

Valmir Amaral propõe evitar bitributação

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) apresentou projeto de lei que isenta do pagamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) o depósito bancário para pagamento da própria CPMF devida ou de qualquer outro tributo federal, estadual ou municipal.

O senador explica, na justificativa da proposta, que a lei que rege a CPMF, nº 9.311, de 1996, isenta da cobrança o depósito para pagar a própria CPMF. Mas os outros tributos ficam de fora da isenção.

"O *bis in idem*, ou seja, a incidência de dois ou mais tributos sobre a mesma base de cálculo, determinada pela mesma pessoa constitucional, é amplamente condenado pelos doutrinadores e teóricos do Direito Tributário, como também é evitado por todos os sistemas tributários que têm um mínimo de racionalidade", sustenta Valmir Amaral.

O projeto está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, se for aprovado, segue direto para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso ao Plenário por 10% do total de senadores.

Pequeno fabricante de laticínio precisa de apoio, cobra Pavan

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) pediu providências das autoridades competentes em favor dos micro, pequenos e médios fabricantes de laticínios de Santa Catarina, prejudicados pelas grandes companhias, multinacionais e cooperativas do setor, que se apoderam cada vez

mais do mercado.

– As pequenas indústrias clamam por redução nas taxas de juros, concessão de linhas de crédito especiais, redução da carga tributária, enfim, condições mínimas para manterem-se no mercado competitivo e globalizado no qual as grandes

empresas sempre levam vantagem – afirmou.

Segundo Pavan, os pequenos produtores de laticínio catarinenses reclamam que a abertura de muitas cooperativas os destrutura: elas têm acesso mais fácil a recursos financeiros, gastam de maneira abu-

siva e valem-se de crédito fácil e com baixos juros, às vezes até a fundo perdido.

O parlamentar lembrou que os pequenos laticínios geram muitos empregos, diretos e indiretos, e que, se nada for feito, muitos deles acabarão por ir à falência.



Genildo Magela



CARTA-ABERTA. João Capiberibe apóia pleitos dos moradores do Bailique, no Amapá

Arquipélago do Amapá quer manter parceria

O senador João Capiberibe (PSB-AP) pediu o registro, nos Anais do Senado, de carta-aberta a ele enviada pelo Conselho Comunitário do Bailique, arquipélago pertencente a Macapá. O conselho denuncia a precária situação de vida da população do arquipélago a partir do fim de parceria com o governo do estado.

A carta-aberta defende a continuidade de projetos implementados desde 1995, como a Escola-Bosque, que deu início à educação de 2º grau para os habitantes da comunidade, formou duas turmas de educadores ambientais e permitiu que dezenas de famílias que haviam deixado o arquipélago em busca de educação retornassem ao Bailique.

A carta-aberta cita também o Hotel Escola-Bosque, destinado a preparar a população para trabalhar no ecoturismo. E assinala que, graças à parceria, nunca houve falta de professores nem redução de salários, “o que vem acontecendo agora, quando 14 desses profissionais já deixaram a escola”.

O documento lido por Capiberibe afirma que “a realidade que se vê hoje no arquipélago do Bailique é muito diferente da do governo anterior”. A carta denuncia ainda que “o Projeto Navegar está parado, a Escola-Bosque ameaçada e as fábricas correndo o risco de serem perdidas”.

Para o conselho, o Bailique pode ser pólo industrial e de ecoturismo da Amazônia. Localizado no Rio Amazonas, o arquipélago é formado por oito ilhas, onde vivem cerca de 7 mil pessoas, divididas em 32 comunidades que sobrevivem da pesca e da extração do açaí e do palmito.

Lúcia Vânia defende ação integrada contra a droga

■ Senadora adverte que projetos isolados para jovem pobre podem não apresentar os resultados pretendidos

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) advertiu que projetos isolados destinados a jovens pobres moradores em área de comércio de drogas podem não apresentar os resultados esperados. Para ela, programas integrados, que dão apoio aos jovens depois que completam 18 anos, têm mais chance de evitar que eles passem a trabalhar para traficantes.

Lúcia Vânia fez o alerta ao referir-se a anúncio de projeto do governo Luiz Inácio Lula da Silva que destinará R\$ 50 por mês a jovens pobres de áreas de tráfico. A Cidade de Deus, no Rio, foi escolhida como piloto para o programa.

– E depois que eles chegarem



ABANDONO. Muitos projetos estaduais deixam adolescente à mercê da sorte, diz Lúcia Vânia

aos 18 anos? Serão esquecidos? – questiona.

Lúcia Vânia entende que é preciso atrelar esse projeto a outros, como apoio para o primeiro emprego e campanhas contra gravidez precoce, Aids e uso de drogas.

O governo passado, conforme a senadora, executava os programas Agentes Jovens e

Serviço Civil Voluntário nas mesmas áreas de risco que o novo projeto procura atender. A senadora lamentou que a maioria dos programas desenvolvidos por governos estaduais e prefeituras deixe os jovens “à mercê da própria sorte” quando chegam à maioridade.

Lúcia Vânia citou pesquisas para mostrar a relação entre escola e criminalidade. Levantamento feito há alguns anos pelo Ministério da Justiça revelava que 96% dos menores infratores não haviam concluído o ensino fundamental. Recentemente, estudo realizado pelo pediatra José Ricardo de Mello Brandão, envolvendo quatro anos de acompanhamento de menores infratores da capital de São Paulo, concluiu que a frequência à escola pode ser o que mantém os jovens de baixa renda fora do crime, observou Lúcia Vânia.

▼ Escola afasta os jovens da criminalidade

A pesquisa desenvolvida entre 1997 e 2001 pelo pediatra e professor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) José Ricardo de Mello Brandão mostrou que a permanência na escola reduz a possibilidade de o jovem se envolver em crimes.

De acordo com o estudo, metade dos adolescentes detidos, no período, pela Febem da capital paulista se encontrava fora do sistema escolar. Apenas 2,7% dos jovens infratores já tinham cursado a 8ª série ao serem internados pela primeira vez.

A manutenção dos jovens na escola também é considerada como uma das formas mais eficazes de se reduzir o elevado índice de homicídio juvenil no país. De acordo com o estudo “Mapa da Violência”, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), os assassinatos são a maior causa de morte entre adolescentes de estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco.

Enquanto no total da população só 4,7% dos óbitos devem-se a homicídios, entre os jovens os assassinatos são responsáveis por 39,2% das mortes, número que vem crescendo desde o início da década de 90.

Iris sugere vaga para carente em universidades públicas

As universidades públicas deverão reservar 30% do total de suas vagas para candidatos com renda familiar inferior a cinco salários mínimos. É o que determina projeto da senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) que tramita nas Comissões de Educação (CE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A medida permitirá que alunos carentes tenham acesso ao ensino superior e às oportunidades de emprego, argumentou.

Os estudantes com menor

poder aquisitivo representam apenas 6,9% dos alunos matriculados em instituições de ensino superior, o que evidencia, na opinião de Iris de Araújo, como esse nível de ensino reproduz as profundas desigualdades sociais do país.

A reserva de 30% das vagas contribuirá, a médio prazo, para a redução dessas desigualdades, além de preservar o critério de mérito para o ingresso às universidades públicas, esclarece Iris de Araújo. Ela expli-



Rosevelt Pinheiro

DESIGUALDADE. Projeto de Iris de Araújo abrange renda de até cinco salários mínimos

ca que o direito à vaga será estabelecido mediante aprovação no processo seletivo adotado pelas instituições de ensino superior.

Flávio Arns propõe Dia dos Ostromizados

O senador Flávio Arns (PT-PR) apresentou projeto propondo que 16 de novembro seja instituído como o Dia Nacional dos Ostromizados. A proposta, de caráter terminativo, está na Comissão de Educação (CE).

A ostomia é uma intervenção cirúrgica que permite criar uma comunicação entre o órgão interno e o exterior, para eliminação de dejetos do organismo. Dessa forma, o ostromizado utiliza um dispositivo, geralmente uma bolsa, para recolher o conteúdo a ser eliminado.

Em 16/11/85 foi criada a Sociedade Brasileira dos Ostromizados, durante congresso em São Paulo. A escolha da data visa homenagear o trabalho desenvolvido pela entidade, explica Arns.

João Alberto cobra restrição a uso de cigarro

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) pediu a adoção de medidas legais cabíveis para que os corredores do Senado não sejam mais “fumódromos” informais. Para o parlamentar, o consumo de cigarros nessas áreas é um desrespeito ao direito à saúde e ao conforto dos não-fumantes.

Ele lembrou que o Brasil tem uma das legislações mais avançadas do mundo para disciplinar o uso de cigarros em locais públicos, mas é um dos países mais resistentes ao cumprimento da lei.

Desde 1996, é proibido o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos, ou qualquer produto fumífero, em local coletivo, privado ou público, a não ser em área destinada exclusivamente para esse fim – lembrou João Alberto.



Projeto de Flávio Arns está na CE



João Alberto lembra que há proibição legal